

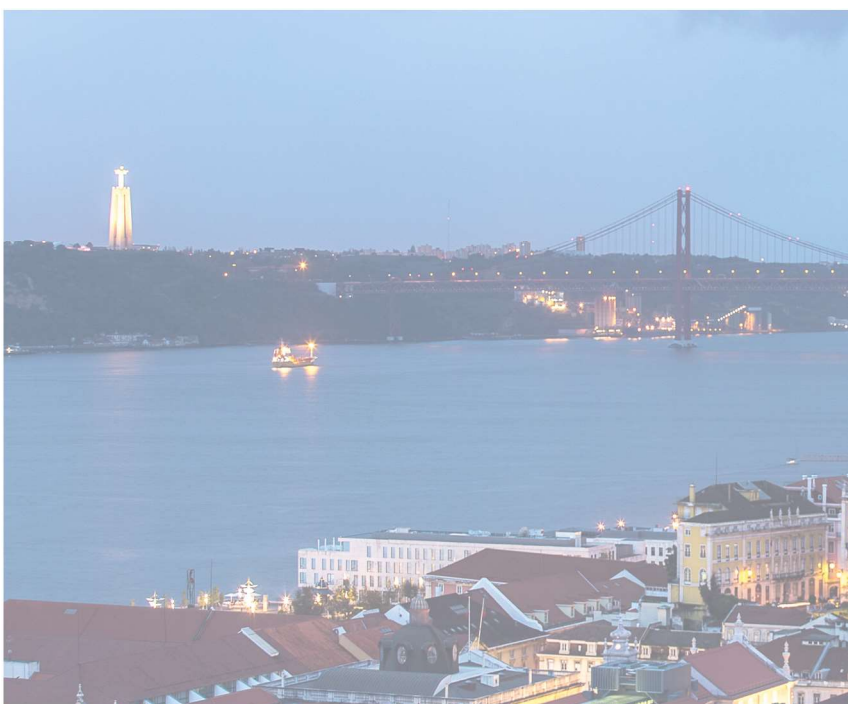


**RELATO
FINANCEIRO
2021**

**FUNDO POUPANÇA REFORMA
PPR BiG CONSERVADOR**

| ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Sumário Executivo	4
Enquadramento Económico e Mercados	5
O Fundo de Pensões	9
Política de Investimento	11
Estratégia e Atuação.....	13
Composição da Carteira	14
Riscos Materiais	15
Factos Relevantes Após Termo do Exercício	17
Demonstrações Financeiras.....	18
Posição Financeira	19
Demonstração de Resultados	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
Notas às Demonstrações Financeiras.....	22
Gestão de Risco	27
Certificação Legal de Contas.....	37



RELATÓRIO DE GESTÃO



| SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2021 iniciou-se com um panorama auspicioso no que se refere à pandemia COVID-19, com as boas perspetivas de evolução das vacinas e a esperança de se poder debelar a situação. Infelizmente, não se concretizaram as melhores expectativas, mas, ainda assim, o desfecho do ano permite augurar a resolução dessa situação em 2022.

Do ponto de vista da atividade económica, toda a incerteza e dificuldades geradas pela persistência da pandemia se acentuaram, dando lugar a um cenário inflacionista que perdurou ao longo do ano, acompanhado de uma tendência de subida das taxas de juro que, contudo, se mantinham ainda em valores historicamente baixos no final do ano.

As autoridades monetárias, nomeadamente a Fed e o BCE, mantiveram as suas políticas monetárias de carácter expansionista, mas o cenário de inflação e de recuperação económica deixava antever no final do ano a adoção da retirada gradual de estímulos monetários e de uma subida das taxas diretoras nos EUA já em 2022.

De um modo geral, houve uma continuidade na trajetória de recuperação do sentimento dos mercados ainda iniciada em 2020, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** encerrou o ano com uma rentabilidade de -0,98%¹, medida pela variação da cotação das unidades de participação, e com a carteira de ativos a totalizar o montante de 6.264.543,78€.

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é um Fundo cujo investimento é composto, preferencialmente, por participações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM).

¹ Rentabilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, para cotação no início do período foi considerada a UP do final do ano 2020, isto é, a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2020 e juros decorridos contados até 3 de janeiro de 2021 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP considerada para o final de 2021 foi a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2021 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).

| ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E MERCADOS

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

Na recente atualização do World Economic Outlook (WEO), em 25 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, depois da contração de 3,1% observada em 2020 – provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo –, tendo cortado a projeção de crescimento para 2022, de 4,9% para 4,4%. A variante Ómicron, as dificuldades de fornecimento, a escalada da inflação e a elevada incerteza tornaram a recuperação da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19 mais lenta do que o esperado pelo FMI em outubro. O FMI explica que a revisão em baixa para 2022 ficou a dever-se, no fundamental, ao corte de perspetivas para os EUA e a China, sublinhando também o cenário menos positivo para a Alemanha.

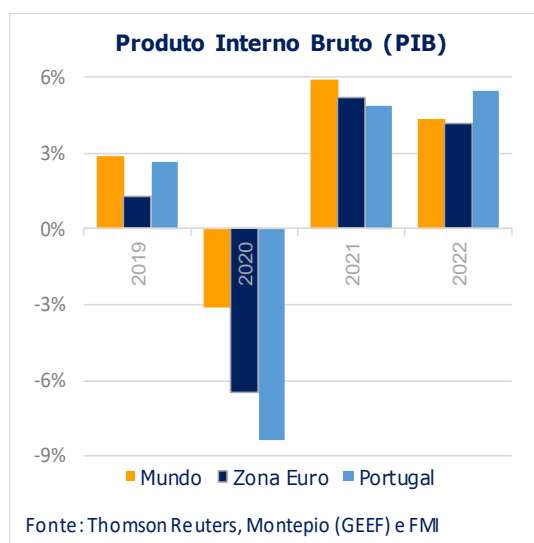
ECONOMIA DA ZONA EURO

A atividade económica na região arrancou 2021 condicionada pelo confinamento adotado no início do ano, tendo contraído ligeiramente no 1.º trimestre e registado uma nova recessão técnica, mas regressando posteriormente aos crescimentos, com o PIB trimestral da região, no 4.º trimestre, a recuperar, finalmente, das perdas da pandemia, fazendo novos níveis máximos históricos. O crescimento médio anual da Zona Euro em 2021 foi de 5,2%, depois da forte contração de 6,5% em 2020, prevendo-se uma expansão em torno de 4,2% para 2022, mas com estas previsões a permanecerem rodeadas de incerteza, resultante, designadamente, da evolução da situação pandémica.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária bastante expansionista, a qual tinha sido intensificada em 2020, com o intuito de mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, mas tendo no final do ano começado a preparar o mercado para a aproximação do momento da retirada gradual dos estímulos monetários – num contexto de elevada inflação [média anual de +2,6% em 2021, em marcada aceleração face aos +0,3% em 2020, com a inflação homóloga a atingir os +5,0% em dezembro de 2021 (e a voltar a subir já em janeiro deste ano, para +5,1%, renovando níveis máximos desde junho de 1992), embora refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia] –, com o primeiro momento dessa gradual retirada de estímulos a ocorrer no final de março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP).

ECONOMIA PORTUGUESA

O PIB português cresceu 4,9% em 2021, ficando acima da maioria das estimativas, refletindo um crescimento acima do esperado no derradeiro trimestre do ano, mas, sobretudo, uma revisão em alta dos dados do início do ano. Tratou-se do mais elevado crescimento desde 1990, mas que ocorre após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (superior à recessão acumulada durante a intervenção da Troika), na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica.



Este regresso da economia aos crescimentos em 2021 foi acompanhado de uma redução da taxa de desemprego (dos 7,0% de 2020 para 6,6% em 2021), de um agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC, de -0,1% em 2020 para +0,9% em 2021), ainda que bem menos intenso que o observado na generalidade dos países da Zona Euro, de algum alívio das finanças públicas (redução do défice orçamental e do rácio da dívida pública), embora também de agravamento do défice da balança corrente, com a taxa de poupança dos particulares, por seu lado, a começar a diminuir, depois da marcada subida observada em 2020, então bastante influenciada pela quebra do consumo originada pelo contexto de pandemia.

A economia portuguesa deverá manter a sua trajetória de recuperação durante 2022, estimando-se um crescimento real do PIB de 5,5%, embora com um progressivo abrandamento dos crescimentos em cadeia ao longo do ano, para ritmos mais próximos dos historicamente observados. O crescimento económico em 2022 irá continuar a beneficiar de uma política monetária ainda favorável e da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o PIB a dever retomar o nível pré-pandemia em meados do ano, mais dinamizado pelo investimento e pela procura externa, e com menor contributo do consumo privado e do consumo público.

A evolução da pandemia continua a representar um risco descendente, assim como a incerteza sobre a evolução da inflação e o respetivo impacto nas políticas económicas e ainda a incerteza geopolítica.

MERCADOS FINANCEIROS

Em 2021 observou-se, de um modo geral, a manutenção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados iniciada em 2020, após um comportamento marcadamente desfavorável observado nos primeiros meses de 2020 – muito afetado pelo efeito inicial da pandemia –, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e prospetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

Esta recuperação estendeu-se mesmo às ações do setor bancário europeu, que seguiram a recuperação iniciada no setor nos mercados americanos ainda em 2020, beneficiando das crescentes perspetivas de impactos mais moderados da pandemia sobre as imparidades, da maior probabilidade atribuída a subidas das taxas diretoras dos principais bancos centrais e dos ganhos de eficiência obtidos.

Não obstante, o ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza em torno da evolução da pandemia e dos impactos (económicos e financeiros) das variantes que foram surgindo (como a Delta e a Ómicron), num contexto de agravamento dos preços (da generalidade das *commodities* e, em especial, da energia) e das expectativas de inflação à escala global, aumentando, assim, a incerteza em torno do crescimento económico e das decisões de política monetária e, já mais próximo do final do ano, provocando um aumento das expectativas de concretização, mais célere que o anteriormente antecipado, do gradual processo de alívio dos estímulos monetários (mais célere nos EUA que na Zona Euro).

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram o 3.º ano consecutivo de fortes retornos anuais, impulsionados pelos estímulos orçamentais e monetários, com o S&P 500 (+26,9% em 2021) a reportar o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999. Já na Europa, o Stoxx 600, que agrega as maiores empresas europeias, fechou o ano a ganhar 22,3% e o português PSI-20 valorizou 13,7%, naquele que foi o melhor desempenho anual desde 2017. O índice MSCI global subiu 16,8%, fechando o ano próximo dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021. As **yields da dívida pública de referência** subiram na Alemanha no curto prazo (2 anos) e no longo prazo (10 anos), mas mais intensamente no último caso (+39 pb, para -0,177%), tendo também aumentado nos EUA e ainda mais intensamente (nos 10 anos, +60 pb para 1,510%). Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto

de movimentos ascendentes nos **spreads dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+32 pb, para um *spread* de 152 pb) e Portugal pela positiva, com o menor agravamento (+4 pb, para 64 pb), com o agravamento a resultar, nomeadamente, das expectativas de compras de dívida pública em 2022 por parte do BCE. As **taxas Euribor** apresentaram ligeiras descidas (-3 pb nos 3 meses, -2 pb nos 6 meses e -0,2 pb nos 12 meses), fechando o ano perto dos níveis mínimos históricos em todos os prazos (nos 3 meses observados no dia 10 de dezembro, nos 6 meses em 9 de dezembro e, nos 12 meses, em 2 de fevereiro de 2021). Referir também que os índices gerais de **commodities** registaram fortes subidas, com o índice compósito CRB Index a avançar 38,5% e o GSCI 37,1%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 53,6%, num contexto de aumentos dos preços do Brent e do WTI superiores a 50%), dos metais de base, das agrícolas e do gado, sendo apenas penalizado pelos metais preciosos.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2022

No WEO de 25 de janeiro, o FMI considera que os riscos para as perspetivas de crescimento são descendentes, identificando o aparecimento de novas variantes da Covid-19, que pode levar a um prolongamento da pandemia e a novas perturbações económicas, com potenciais impactos nos sistemas financeiros e bancários, defendendo que o acesso mundial a vacinas, testes e tratamentos é essencial para reduzir o risco de novas variantes. Assinala também que as perturbações nas cadeias de abastecimento e volatilidade nos preços da energia e pressões salariais localizadas leva a que a incerteza em torno da inflação seja elevada, a que acrescem riscos para a estabilidade financeira e para os fluxos de capitais, moedas e situações orçamentais dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento com uma possível subida das taxas de juro nas economias avançadas. O FMI alerta ainda que outros riscos globais se podem materializar devido às tensões geopolíticas (v.g, no Leste da Europa e na Ásia) e à emergência climática.

Ao nível nacional, a economia portuguesa deverá manter-se condicionada pela pandemia e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, com o aumento dos riscos políticos domésticos e internacionais e do risco de maiores perturbações nos mercados financeiros. As perspetivas de inflação no país estão também rodeadas de riscos ascendentes, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de uma maior transmissão dos aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens intermédios aos preços no consumidor. A subida recente da inflação, a par das dificuldades de recrutamento em alguns setores, poderá traduzir-se em pressões mais fortes sobre os salários do que as consideradas nas atuais previsões. Numa análise recente, a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) realça que o eventual aumento da taxa de inflação e das taxas de juro poderá inverter o ritmo de ganhos no mercado acionista. Essas correções de preços poderão ser exacerbadas pela excessiva alavancagem de alguns investidores, que poderão ser forçados à alienação de posições. O expectável início da normalização da política monetária, as pressões inflacionistas, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e o fim das moratórias serão desafios particularmente relevantes em 2022, uma vez que poderá assistir-se à deterioração da situação financeira das famílias e Estados e ao avolumar de insolvências em alguns setores de atividade. Ou seja, continuarão a ser relevantes os apoios que permitam transições tão suaves quanto possível quando ocorrer o fim das medidas públicas de apoio à economia, assegurando simultaneamente a continuação da trajetória descendente do rácio da dívida pública/PIB.

O cenário de subida de taxas de juros poderá aportar alguns riscos adicionais como a desvalorização dos títulos de dívida pública em balanço nos bancos contabilizados ao justo valor, especialmente aqueles cujos emitentes apresentam uma notação de crédito menos favorável, contribuir para a materialização do risco de desvalorização dos ativos imobiliários em alguns mercados cuja subida dos preços foi mais suportada no recurso ao crédito e ainda contribuir para o aumento do risco de crédito. Estes fatores poderão, no entanto, ser em parte compensados pela maior facilidade em gerar margem financeira.

Estarão ainda em destaque os riscos relacionados com fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), nomeadamente os desafios trazidos pela aplicação da nova regulamentação europeia nesta área, assim como o risco de ciberataques. Também a instabilidade geopolítica em algumas zonas do mundo, nomeadamente no leste da Europa, poderá impactar o sistema bancário, quer seja por via da deterioração das exposições diretas a essas geografias, quer seja por via indireta, através de mudanças na política monetária.

Fonte: *GEEF-Research Económico, Setorial e de Mercados Financeiros (Banco Montepio)*

| O FUNDO DE PENSÕES

A carteira de ativos do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** encerrou o mês de dezembro de 2021 com o valor de **6.264.543,78€**. O ano terminou com um sentimento de mercado globalmente positivo, mantendo a trajetória de recuperação iniciada em 2020, mas tendo-se observado comportamentos mistos durante todo o período, ainda como resultado dos efeitos da pandemia do novo coronavírus e a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19, com o agravar da situação em alguns países da Europa e consequente alteração dos planos de desconfinamento, ao que acresceu o receio de uma subida da inflação nos EUA e Zona Euro e respetivas consequências.

O Fundo obteve uma **rendibilidade nos últimos 12 meses**, medida pela variação da cotação das unidades de participação, de -0,98%².



MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os dados estatísticos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o valor sob gestão de fundos de pensões ultrapassou os 24 mil milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 4,6% face ao final de 2020. Durante o ano de 2021, extinguíram-se três fundos de pensões fechados, constituíram-se cinco fundos de pensões PPR (dos quais quatro não registaram movimento), três fundos abertos (dos quais dois não registaram movimento) e um fundo de pensões fechado. Destes movimentos resultou um aumento de seis fundos de pensões face ao ano anterior.

² Rendibilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, a UP final considerada para o final de 2020 foi a valorizada com as cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2020 e juros decorridos contados até 3 de janeiro de 2021 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP final considerada para o final de 2021 foi a valorizada com as cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2021 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUTURO

A evolução do volume de ativos em gestão da Futuro tem-se mantido crescente ao longo dos anos. As condições de mercado e a atuação da força de distribuição, ao longo do ano, conduziu a um crescimento sem precedentes das contribuições para fundos abertos, a que se adiciona uma rentabilidade global favorável, permitindo um crescimento de 19% dos ativos dos fundos abertos e de 6,2% da carteira total de fundos, dando lugar a um crescimento da quota de mercado para 8,06%.

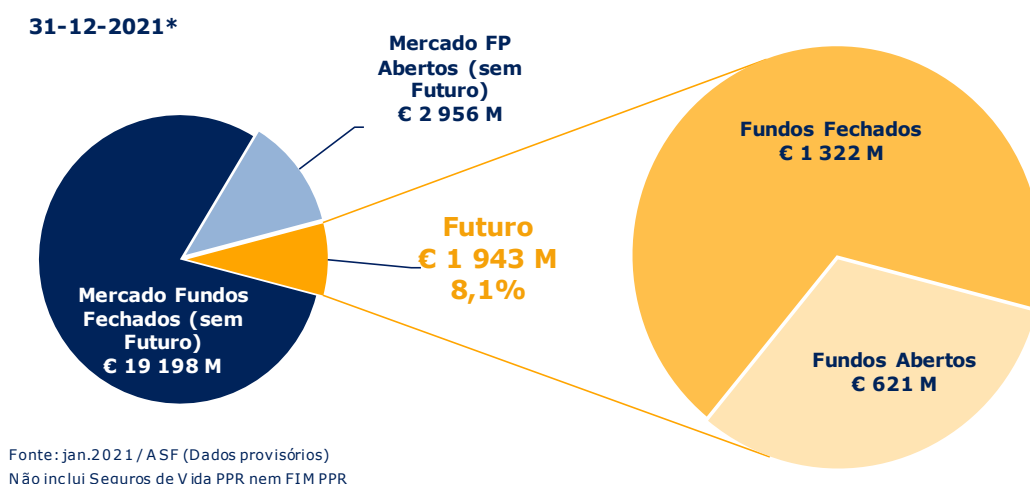
Em resultado da atuação no segmento de empresas, a Futuro prosseguiu igualmente o seu esforço de angariação de clientes institucionais, tendo apresentado diversas propostas de gestão e passou a gerir os Planos de Pensões de três multinacionais, duas adesões coletivas e um fundo fechado. Um novo fundo PPR que já havia sido constituído em 2020 com o intuito de ser utilizado essencialmente no segmento de empresas, teve o início de comercialização em 2021.

Não só pela angariação de novo negócio, como pelas rentabilidades alcançadas, o volume total de ativos sob gestão cresceu percentualmente ao mesmo nível do ano anterior (+6,2%) e novamente acima da média do mercado (4,66%³), determinando uma subida da quota de mercado de 7,95% para 8,06%.

No *ranking* dos fundos de pensões, os 25 maiores fundos representam cerca de 85% do total dos montantes geridos, continuando a destacar-se os fundos de pensões do setor bancário. O Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS, que continua a ser o maior fundo de pensões PPR do mercado, subiu uma posição face a 2020, ocupando agora o 18º lugar entre os 25 maiores fundos.

QUOTA DE MERCADO DA FUTURO

A quota de mercado da Futuro no final de 2021 era de 8,1%.



³ De acordo com os dados anuais provisórios publicados pela ASF no seu site.

| POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, que esteve em vigor durante o ano de 2021, assentou em critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo, baseando-se em regras e procedimentos no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido. A política de investimento tem ainda o objetivo de promover a maximização do retorno das aplicações, num quadro em que a estratégia seguida em matéria de afetação de ativos se encontra adequada ao nível de risco em que o Fundo se deve manter.

PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O quadro abaixo resume as grandes linhas quanto às aplicações delineadas pela política de investimento seguida para o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** em matéria de afetação de ativos, incluindo os limites de exposição.

EM 2021

SEGMENTOS	31 dez 2020	31 mar 2021	30 jun 2021	30 set 2021	31 dez 2021	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS*
						Limites
Titulos de Rendimento Fixo	89,60%	89,58%	69,78%	92,11%	91,95%	60% - 100%
Investimentos Alternativos	-	-	-	-	-	0% - 20%
Liquidez	10,40%	10,42%	30,22%	7,88%	8,05%	0% - 20%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

* De acordo com o Regulamento de Gestão do Fundo PPR BiG CONSERVADOR

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão da carteira teve ainda em consideração os seguintes pontos, estabelecidos no regulamento de gestão:

- O **Fundo** poder investir em participações de organismos de investimento imobiliário (OII), num **limite máximo de 20%**, de acordo com a restrição prevista para a componente de investimentos alternativos. **Não estar prevista a possibilidade de aquisição de terrenos ou de edifícios** para a carteira de ativos do **Fundo**.
- O **limite de investimento em organismos de investimento alternativo** de índices que não façam uso do efeito de alavancagem ou os que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da Diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, alterada pelas Diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, ser de **5%**.

Haver ainda a possibilidade de serem utilizados derivados, operações de reporte e empréstimos de valores, de acordo com a legislação em vigor e dentro dos limites legais com o objetivo de se proceder à cobertura do risco de investimento do Fundo e a uma adequada gestão do seu património.

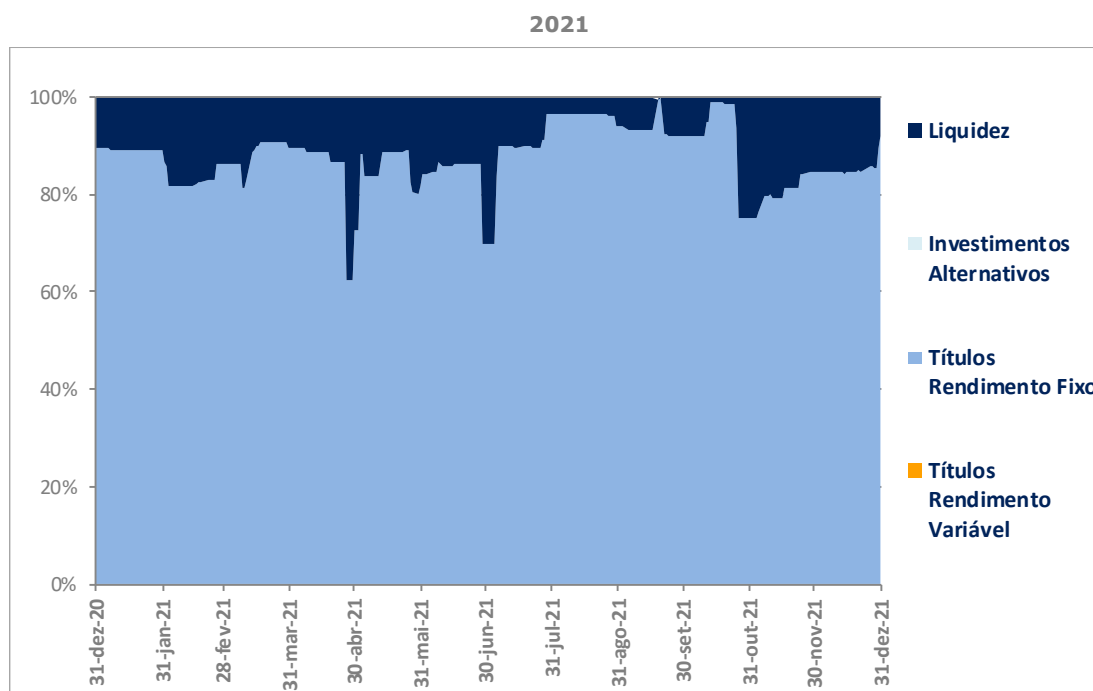
CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O permanente controlo da composição da carteira de ativos, mantido no decurso do ano de 2021, teve como principal objetivo assegurar a adequação da exposição do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** às regras e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como aos princípios gerais da política de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira de ativos do **Fundo de Pensões** cumpria com a **generalidade das restrições e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais**, bem como **com os princípios gerais da política de investimento**.

| ESTRATÉGIA E ATUAÇÃO

EVOLUÇÃO DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS



MOVIMENTOS REALIZADOS NA CARTEIRA

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** desvalorizou em 2021 em linha com as performances negativas dos principais índices obrigacionistas impactadas pelas projeções mais restritivas em termos de política monetária.

As campanhas de vacinação permitiram a reabertura mais alargada das principais economias, que impulsionadas pelos estímulos monetários e fiscais, demonstraram uma forte recuperação. O aumento da procura agregada, em conjugação com os constrangimentos de oferta (como a disrupção das cadeias de fornecimento) despoletaram um aumento da inflação, que se previa mais prejudicial para a situação económica da Europa.

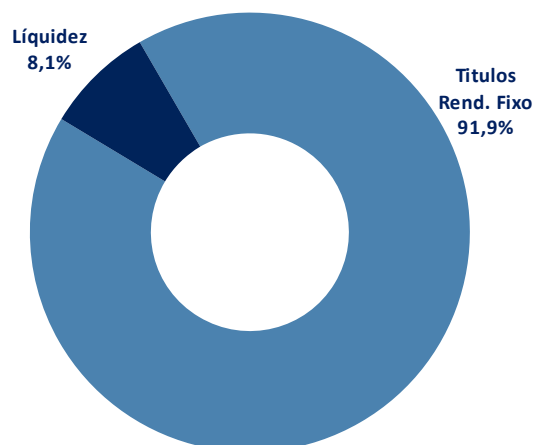
Ao longo do ano a exposição não sofreu alteração significativa, mantendo-se a carteira investida em fundos de obrigações de curto prazo e fundos de obrigações de taxa variável com maturidades curtas.

| COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

ESTRUTURA DA CARTEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Segmento	VALOR	%
Titulos de Rendimento Fixo	5 760 082,21 €	91,95%
Investimentos Alternativos	- €	0,00%
Líquidez	504 461,57 €	8,05%
TOTAL	6 264 543,78 €	100,00%



O investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é composto, maioritariamente, nas diferentes classes de ativos que não a Liquidez, por participações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC), não havendo exposição alguma a instrumentos financeiros de entidades que tenham uma relação de domínio ou de grupo com a Futuro.

| RISCOS MATERIAIS

Considerando a política de investimento definida para o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, este encontra-se sujeito a diferentes fatores de risco relacionados quer com o investimento em ações, quer com os títulos de rendimento fixo, incorrendo designadamente no risco de variação do preço desses ativos, risco de crédito do emitente, risco de variação da taxa de juro ou risco de *spread*, associado à volatilidade dos *spreads* de crédito. Os ativos denominados em moeda estrangeira incorporam o risco originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro (risco cambial). A carteira incorre igualmente em riscos relacionados com exposição geográfica e sectorial.

Em relação à utilização de instrumentos derivados, a Futuro tem considerado não ser necessário recorrer a técnicas de cobertura de risco, designadamente mediante utilização de produtos derivados ou coberturas cambiais, adotando em alternativa uma diversificação de ativos que se considera ser adequada, sem necessidade de incorrer em custos com a utilização dos referidos instrumentos.

Para verificação do nível de risco incorrido em cada carteira, nomeadamente, o risco dos ativos que a compõem, a Futuro utiliza diversas medidas estatísticas e financeiras, como sejam, a *duration*, a monitorização das notações de *rating* das emissões de dívida em carteira, bem como a metodologia *VaR* (*Value at Risk*), *tracking error* e *informaton ratio*.

ANÁLISE VAR (VALUE AT RISK)

PPR BIG Conservador		31-dez-21		31-dez-20	
Em termos absolutos (€)					
Mark-to-Market (Total da Carteira)		6 264 543,78 €	%	3 818 460,39 €	%
VaR Global (1 ano)		558 126,83 €	8,91%	241 915,75 €	6,34%
VaR Mercado		94 118,97 €	1,50%	0,00 €	0,00%
Risco Taxa de Juro		775,78 €	0,01%	0,00 €	0,00%
Risco de Variação de Preços com Ações		0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco Imobiliário		0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Spread		38 489,94 €	0,61%	0,00 €	0,00%
Risco Cambial		0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Concentração		85 711,40 €	1,37%	0,00 €	0,00%
VaR Crédito		527 107,00 €	8,41%	241 915,75 €	6,34%

Nota:

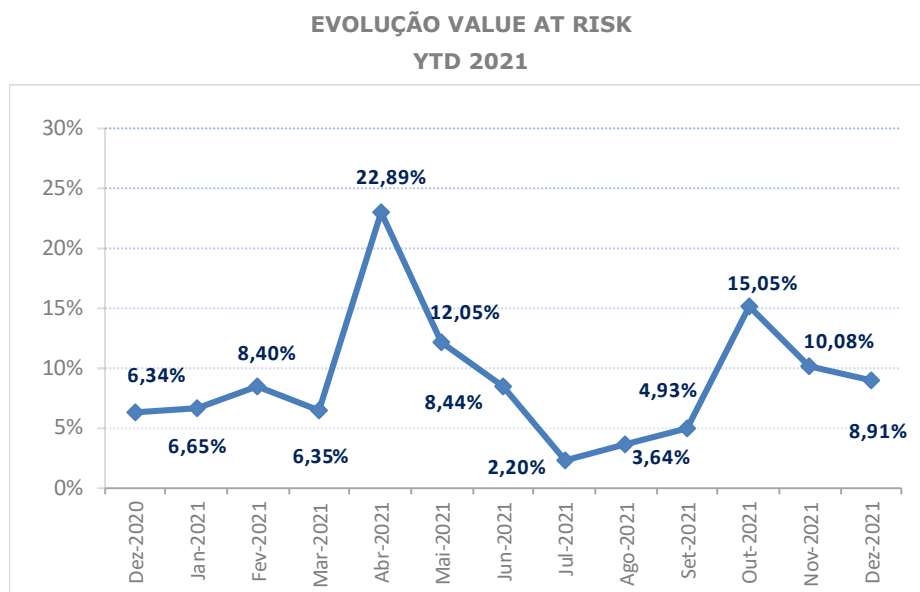
Define-se como base para esta metodologia, a perda potencial máxima do Fundo, considerando-se no seu cálculo um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano.

No VaR de Crédito apenas se analisa o risco creditício das entidades onde se encontram os depósitos, dado que o risco de crédito das emissões de dívida é analisado no Risco de Spread.

O valor do VaR Global a 1 ano do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, no final do ano de 2021, era de 558.126,83€, correspondendo a 8,91% do valor do Fundo. Em relação a dezembro de 2020, o VaR Global a 1 ano aumentou de 6,34%.

No final do ano o *VaR de Mercado* da carteira, que avalia o *Risco de Taxa de Juro*, o *Risco de Variação de Preços com Ações*, o *Risco com Imobiliário*, o *Risco de Spread*, o *Risco Cambial* e o *Risco de Concentração*, correspondeu a 1,80% do valor do Fundo. Em 31 de dezembro de 2020 o investimento do Fundo, com exceção da componente de Liquidez, apresentava-se composto unicamente por participações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC) de obrigações, pelo que não se determinava o *VaR de Mercado* do Fundo.

O *VaR de Crédito* da carteira subiu de 6,34%, em dezembro de 2020, para 8,41% em dezembro de 2021, verificando-se um aumento da exposição em liquidez.



| FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

No início de 2022, o cenário macroeconómico mantinha-se dominado pela inflação persistente, tendência de subida de taxas de juro, alívio da situação pandémica no mundo ocidental e perspetivas de redução dos estímulos monetários.

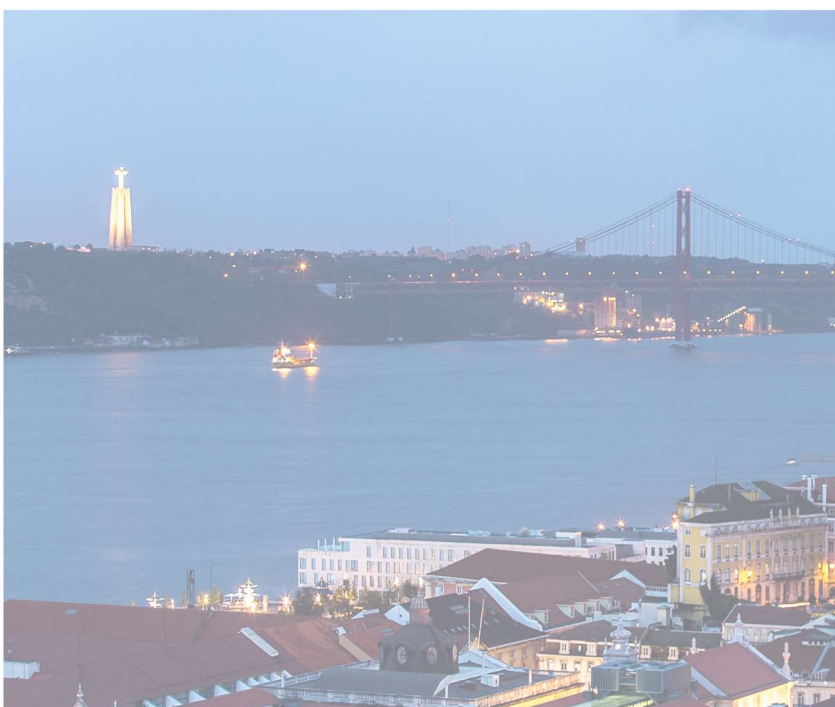
Contudo, muito recentemente, a Europa viu-se confrontada com a escalada de um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, que já determinou uma situação de fuga em massa da população ucraniana para outros países europeus e pesadas sanções económicas sobre a Federação Russa e Bielorrússia. Esta situação ameaça transtornar severamente o equilíbrio geopolítico entre a Rússia e o mundo ocidental e, em consequência, a evolução macroeconómica, tendo em conta as implicações resultantes, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de combustíveis e cereais à Europa.

O papel da Rússia como um grande fornecedor de energia, principalmente para a Europa, resultou em impactos consideráveis nos mercados de energia, tendo o preço do petróleo aumentado significativamente sobre o movimento ascendente que já vinha a registar – com o *Brent* a ultrapassar os 100 dólares por barril de imediato no dia 24 de fevereiro –. Outras *commodities*, onde ambas as nações são importantes produtores (incluindo trigo e paládio), também tiveram aumentos de preços acentuados.

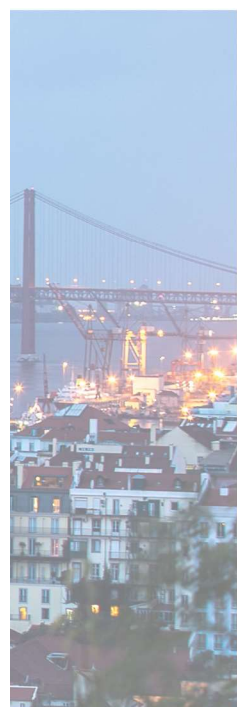
Por conseguinte, o momento é de total incerteza e mesmo admitindo que o conflito termine em breve, permanecerão decerto impactos macroeconómicos que não se desvanecerão de imediato e o relacionamento político internacional com a Rússia desenrolar-se-á num patamar completamente diferente.

Os mercados financeiros reagiram de forma bastante negativa perante a gravidade da situação, tendo-se assistido a quedas muito significativas nos mercados de ações e à procura de ativos de refúgio, tais como o ouro ou a Dívida Alemã e Americana, numa conjuntura onde continuam presentes as preocupações com a subida da inflação e com as decisões dos Bancos Centrais, relativamente ao processo de retirada dos estímulos monetários à economia.

No que se refere à componente de gestão da carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, a Futuro irá prosseguir o seu trabalho de adaptação aos Regulamentos relativos às Finanças Sustentáveis, no sentido de cada vez mais impregnar os fatores ESG no seu processo de investimento.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



| POSIÇÃO FINANCEIRA

Fundo PPR BIG CONSERVADOR DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA			
ATIVO	Notas	31/dez/2021	31/dez/2020
INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		5 556 268,10 €	3 421 251,21 €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		201 908,00 €	- €
Empréstimos concedidos		- €	- €
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI		878 435,50 €	403 157,95 €
Outras Aplicações		- €	- €
	(*)	6 636 611,60 €	3 824 409,16 €
OUTROS ATIVOS			
Devedores			
Entidade gestora		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades		- €	- €
		- €	- €
Acréscimos e diferimentos		1 969,26 €	25,22 €
Total do Ativo		6 638 580,86 €	3 824 434,38 €
PASSIVO		31/dez/2021	31/dez/2020
Credores			
Entidade gestora		25 129,84 €	3 832,06 €
Estado e outros entes públicos		2 578,19 €	43,53 €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades		346 329,05 €	2 098,40 €
		374 037,08 €	5 973,99 €
Acréscimos e diferimentos		- €	- €
Total do Passivo		374 037,08 €	5 973,99 €
VALOR DO FUNDO		6 264 543,78 €	3 818 460,39 €
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		9,9840 €	10,0833 €

(*) Ver Inventário



O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo PPR BIG CONSERVADOR DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	31/dez/2021	31/dez/2020
Contribuições	1	4 408 424,61 €	3 320 766,05 €
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	2	1 896 780,26 €	1 230 589,93 €
Ganhos líquidos dos investimentos	3	- 36 599,54 €	49 024,70 €
Rendimentos líquidos dos investimentos	4	712,17 €	15 514,64 €
Outros rendimentos e ganhos	4	- €	- €
Outras despesas	5	29 673,59 €	21 884,15 €
Resultado líquido		2 446 083,39 €	2 132 831,31 €



O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fundo PPR BIG CONSERVADOR DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	31/dez/2021	31/dez/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Contribuições:		
Associados	- €	- €
Participantes	4 215 381,93 €	2 261 406,00 €
Beneficiários	- €	- €
Transferências:		
De fundos de pensões	193 042,68 €	1 059 360,05 €
Capitais vencidos:		
Remições	- €	- €
Vencimentos	86 723,59 €	- €
Transferências:		
Para fundos de pensões	896 107,73 €	497 211,33 €
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	913 948,94 €	733 378,60 €
Remunerações:		
De gestão	3 832,06 €	15 413,19 €
De depósito e guarda de ativos	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	- €	- €
Outras despesas	1 772,52 €	3 659,17 €
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2 506 039,77 €	2 071 103,76 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
RECEBIMENTOS:		
Alienação / reembolso dos investimentos	3 281 125,98 €	1 783 623,52 €
Rendimentos dos investimentos	178,13 €	15 742,90 €
PAGAMENTOS:		
Aquisição de investimentos	5 297 274,06 €	3 545 834,74 €
Comissões de transação e mediação	13 382,27 €	6 807,21 €
Outros gastos com investimentos	1 410,00 €	- €
Fluxo Líquido das Atividades de Investimento	- 2 030 762,22 €	- 1 753 275,53 €
Variações de caixa e seus equivalentes	475 277,55 €	317 828,23 €
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	- €	- €
Disponibilidades no início do período	403 157,95 €	85 329,72 €
Disponibilidades no fim do período	878 435,50 €	403 157,95 €



O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é um fundo de pensões aberto e apenas permite adesões individuais. Tem um património autónomo, tendo como objetivo conceder pensões de reforma aos participantes, podendo ainda conceder reembolsos antecipados. Foi autorizado em 21 de setembro de 2017 e a sua comercialização teve início em 30 de janeiro de 2018.

A sua carteira poderá ser constituída por títulos de rendimento fixo com maturidades entre 1 e 3 anos, investimentos alternativos e por depósitos em instituições de crédito. O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é gerido pela Futuro, SA.

As demonstrações financeiras do fundo reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com o disposto regulamentar nº 7/2010 - R de 4 de junho, o qual atende aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O **Fundo** tem o registo das receitas e das despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e as correspondentes receitas ou despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

RENDIMENTOS

Os rendimentos respeitantes a rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos de ações que são reconhecidos quando recebidos.

CONTRIBUIÇÕES

As contribuições efetuadas para o **Fundo** são reconhecidas quando recebidas.

REEMBOLSOS PAGOS

As pensões e reembolsos são reconhecidas no momento em que são devidas, sendo este momento, em regra, o mesmo em que ocorre o seu pagamento.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O critério de valorização dos ativos é o seguinte:

Instrumentos de Dívida

- a. Valores Mobiliários Cotados

Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores.

b. Valores Mobiliários não Cotados

Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como a *Bloomberg* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora.

c. Ativos a deter até à Maturidade

Baseia-se no respetivo valor de reembolso e na respetiva taxa efetiva de capitalização (nas situações de manutenção dos títulos até à maturidade).

d. Momento de Referência

O momento de referência para as colocações disponibilizadas pelas Bolsas é as 17h00 do dia da valorização.

Instrumentos de Capital

Na valorização dos instrumentos de capital é utilizado o preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

COMISSÕES

COMISSÕES DE GESTÃO

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** pela gestão financeira, técnica e administrativa do **Fundo**. O cálculo da comissão resulta da aplicação da percentagem definida no Regulamento de Gestão sobre o valor do **Fundo** apurado diariamente.

COMISSÕES DE BANCO DEPOSITÁRIO

Neste Fundo não há lugar ao pagamento de comissão de banco depositário.

REGIME FISCAL

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis são isentos de:

- i. IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos fundos de pensões e equiparáveis e,
- ii. Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

De acordo com o artigo 88º do Código do IRC, alínea 11, os lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total são tributados à taxa de 23% se as ações a que correspondem os lucros não tenham permanecido em carteira, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação do dividendo e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

TRANSAÇÕES COM ASSOCIADO

N/A

INVENTÁRIO

Descrição	Moeda	ISIN	Quantidade/ Montante	Valor Custo	Valor Mercado	Juro	Total Carteira
PICTET EUR SHTRM HYI	EUR	LU0726357444	5 413,89	705 504,08	716 852,82	0,00	716 852,82
NORDEA1 LOWDUR EURCB	EUR	LU1694214633	13 683,00	1 420 827,34	1 410 444,05	0,00	1 410 444,05
AMUNDI CRT 1-3 EUR-P	EUR	FR0010721407	2 484,00	329 727,70	328 310,28	0,00	328 310,28
DEUT INV I SH-DUR NC	EUR	LU0236146006	8 773,00	1 073 950,15	1 067 147,72	0,00	1 067 147,72
BGF SHORTDUR BONDEE2	EUR	LU0093504115	75 835,00	1 078 941,49	1 065 481,75	0,00	1 065 481,75
DWS USD FLT RATE NTS	EUR	LU0034353002	8 512,00	713 603,43	711 177,60	0,00	711 177,60
NATIX-LSSTERKTBI/A€	EUR	LU0980584436	2 412,00	260 111,58	256 853,88	0,00	256 853,88
Instrumentos de capital e unidades de participação				5 582 665,77 €	5 556 268,10 €	- €	5 556 268,10 €
COLEPP 2.35%08/08/24	EUR	PTCOPBOM0000	200 000,00	202 315,12	201 908,00	1 906,11	203 814,11
Instrumentos de capital e unidades de participação				202 315,12 €	201 908,00 €	1 906,11 €	203 814,11 €
DEPOSITOS ORDEM	EUR				878 435,50		878 435,50
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI					878 435,50 €	- €	878 435,50 €

CONTRIBUIÇÕES

Nota 1 - Contribuições		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Contribuições		
Associados	- €	- €
Participantes	4 215 381,93 €	2 261 406,00 €
Beneficiários	- €	- €
Transfª de outros fundos pensões/seguros	193 042,68 €	1 059 360,05 €
Total Contribuições	4 408 424,61 €	3 320 766,05 €

Na rubrica Contribuições vemos a respetiva desagregação por tipo de contribuição efetuada no ano de 2021, verificando-se um acréscimo significativo nas subscrições de participantes relativamente ao ano anterior.

BENEFÍCIOS PAGOS

Nota 2 - Montante dos Benefícios Pagos		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
Reembolsos	1 000 672,53 €	733 378,60 €
Encargos inerentes ao pagamento pensões	- €	- €
Transfª para outros fundos pensões/seguros	896 107,73 €	497 211,33 €
Total Pensões	1 896 780,26 €	1 230 589,93 €

Nestas rubricas, no total de 1.896.780,26€, está refletido o tipo de benefício pago no ano de 2021, verificando-se um acréscimo tanto nas transferências para outras entidades como nos reembolsos efetuados.

GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Nota 3 - Ganhos Líquidos dos Investimentos (Potenciais e Realizados)		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Ganhos Líquidos dos Investimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	- 36 192,42 €	49 024,70 €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	- 407,12 €	- €
Outras Aplicações	- €	- €
Total ganhos / perdas	- 36 599,54 €	49 024,70 €

O resultado das aplicações realizadas no exercício de 2021 foi negativo em 36.599,54€, contrariando assim os ganhos apresentados no ano anterior.

RENDIMENTOS

Nota 4 - Rendimentos		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Rendimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	- €	12 979,83 €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	496,11 €	- €
Depósitos em instituições de crédito	216,06 €	2 534,81 €
Total Rendimentos Líquidos	712,17 €	15 514,64 €
Outras receitas	- €	- €
Total Rendimentos	712,17 €	15 514,64 €

O total de 712,17€ reflete os valores efetivamente recebidos e por receber à data de 31 de dezembro pelo **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativamente aos vários rendimentos obtidos nas aplicações efetuadas em ações, unidades de participação, obrigações e em depósitos.

DESPESAS

Nota 5 - Despesas		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Custos		
Comissões de gestão fixa	25 129,84 €	17 792,07 €
Comissões de gestão variável	- €	- €
Comissões de custódia	- €	- €
Taxa A.S.F.	2 023,38 €	1 085,47 €
Impostos	1 004,97 €	711,61 €
Custos de auditoria	1 330,00 €	2 068,00 €
Despesas com imóveis	- €	- €
Outras despesas	185,40 €	227,00 €
Total Despesas	29 673,59 €	21 884,15 €

Neste quadro podemos observar a distribuição dos Custos pelas diferentes rubricas do Balancete, sendo visível um acréscimo relativamente aos apresentados no ano anterior, suportado na sua maioria pelo aumento das comissões de gestão cobradas ao fundo em 2021.

| GESTÃO DE RISCO

EXPOSIÇÃO E ORIGEM DOS RISCOS

Como resultado da política de investimento adotada, o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** está exposto a diversos tipos de risco, que refletem o risco implícito dos ativos que constituem a carteira do Fundo:

RISCO DE MERCADO

Reflete diferentes fatores de risco relacionados com o investimento em ações, onde a variação dos preços dos ativos é normalmente mais acentuada (sensibilidade da carteira a variações no mercado de ações). Igual condição está subjacente ao preço dos imóveis/imobiliário, embora a variação de preços destes não seja tão volátil. A classe de ativos de taxa de juro também é outro dos focos de risco, resultado das flutuações das taxas de juro ou dos *spreads* de créditos bem como pelo risco de crédito associado ao emitente. O investimento em ativos em moeda estrangeira incorpora o denominado risco cambial, originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro. Por fim, o conjunto dos investimentos efetuados poderá potenciar o risco de concentração aos mais diversos níveis, como por exemplo por contraparte ou por nível de *rating*.

RISCO DE CRÉDITO

Conforme definido pela Norma Regulamentar N.º 8/2009-R, da ASF, trata-se do “risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, participantes e resseguradores que com ele se relacionam”. No âmbito do modelo da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), a aplicabilidade deste risco está relacionada com as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e com os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread* (ex: *sponsor support*, seguros, titularizações, derivados e depósitos bancários).

Pelo efeito das alterações aos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, o risco de crédito está implicitamente associado ao risco de *spread*, já que se trata do prémio de risco adicional que o mercado exige ao emitente face a outro ativo sem risco, para assumir a exposição de crédito, sob o risco de o emitente não apresentar capacidade financeira para cumprir com as suas responsabilidades.

RISCO DE LIQUIDEZ

Entendido como a capacidade de tornar líquida no mercado, a posição detida em ativos, com a maior rapidez e com menor impacto possível, ao nível dos resultados realizados, face ao que seria expectável mantendo as posições em carteira. Consequência da política de investimento adotada existe o risco de haver uma eventual dificuldade na venda de alguns dos ativos do Fundo. A entidade gestora procura gerir da melhor forma o seu portfólio para que não haja escassez de liquidez.

OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

A integração das políticas e estratégias do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno passou pela adoção de uma política específica que consiste em manter uma cultura de orientação para o risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da Futuro e com especial incidência ao nível das responsabilidades do

órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecendo os princípios que norteiam a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Considerando as disposições delineadas na política de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativas à exposição aos diversos riscos e às diferentes disposições legais é monitorizado diariamente o controlo desses limites, através da emissão de um relatório “limites legais e investimentos excedidos”. O relatório é então analisado detalhadamente para que se decida se há motivos para atuar face aos limites excedidos.

Posteriormente, a gestão de risco monitoriza o efeito das medidas adotadas e o seu impacto na política de investimento. Simultaneamente são também monitorizados os níveis de exposição aos limites legais e prudenciais que regulamentam o Fundo.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a Futuro efetua o controlo e a monitorização do fundo recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão sã e prudente do risco.

O modelo de Gestão de Risco utilizado é fundamentado na perspetiva técnica dos estudos “*QIS Fundos de Pensões*” da EIOPA. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de investimento definida para o Fundo.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do *VaR*, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o *VaR* não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *stress tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do Fundo é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados. Complementarmente, no segmento obrigacionista é feito o cálculo dos recebimentos (*cash-flows* positivos) decorrentes dos pagamentos de cupões (juros) de obrigações e amortizações ou eventuais exercícios de *Call*, para o período de um ano. O conjunto destes testes permitem avaliar o grau de liquidez a curto prazo e monitorizar ou atuar perante a possível escassez de liquidez atempadamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS USADOS

RISCO GLOBAL

No final de 2021, o **VaR Global a 1 ano** do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** era de **558.126,83€**. Considerando o risco dos investimentos subjacentes e as respetivas correlações, esta medida permite ter 99,5% de confiança de que a variação do valor do Fundo ao longo de um ano não resultará numa perda superior àquele montante. Ou seja, existe 0,5% de probabilidade de que o Fundo possa desvalorizar mais do que 8,91% no período de um ano.

<i>Value-at-Risk</i>	Valor	%	Total Ativos em análise
Mark-to-Market (Total da Carteira)	6.264.543,78 €		
Risco Global	558.126,83 €	8,91%	
Risco de Mercado	94.118,97 €	1,50%	
Risco Taxa de Juro	775,78 €	0,01%	203.814,11 €
Risco de Variação de Preços com Ações	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Spread	38.489,94 €	0,61%	203.814,11 €
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Concentração	85.711,40 €	1,37%	5.760.082,21 €
Risco com Produtos Derivados	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Crédito	527.107,00 €	8,41%	878.435,50 €

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado resulta do nível de volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. A exposição ao risco é medida através da aplicação de choques aos preços das ações, taxas de juro, preços de imobiliário e taxas de câmbio.

As perdas potenciais dos sub-riscos correlacionados e que correspondem ao total do **VaR de Mercado** no final do ano eram de **94.118,97€**.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é medido através da aplicação de choques de subida e descida da taxa de juro ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) e consequente impacto no ativo/passivo do Fundo.

A ETTJ é disponibilizada pela EIOPA mensalmente e corresponde à média das *risk free yields curves* de cada país da União Europeia (moeda euro) e da *risk free yield* dos Estados Unidos para o dólar. A aplicação destes choques varia consoante a maturidade dos ativos e a sua duração.

Risco Taxa de Juro		775,78 €		0,01%
Obrigações	Soma Valor Mercado SMV _i	Média ponderada duration	Soma por rating de MV _i *dur _i	Capital necessário por rating Risco _{taxj}
AAA	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
A+ a A-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
BB+ a BB-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
B+ a B-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €
CCC+ a NR	203.814,11 €	2,52	513.199,17 €	775,78 €
Ativos em análise				203.814,11 €

Pressuposto:

Choque de subida e descida ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) consoante a maturidade/duração.

No final do ano, o Risco de Taxa de Juro era de 775,78€/ano, o que atesta a baixa sensibilidade a variações ocorridas.

Risco de Variação de Preços com Ações

Relaciona o risco das ações com a volatilidade dos mercados, utilizando índices de referência para verificar a sensibilidade da carteira a variações no mercado. O risco acionista foi associado a duas categorias:

- i. Global – ações cotadas em mercados regulamentados de países membros Área Económica Europeia (EEA) ou da OCDE;
- ii. Outros – ações cotadas em mercados regulamentados que não sejam membros da EEA ou da OCDE, ações não cotadas, *commodities* e investimentos alternativos;

Os fatores de *stress* a aplicar foram calibrados a partir dos dados históricos do *MSCI World Developed Price index* para as ações globais e de quatro índices representativos da categoria 2 (*LPX50 Total Return*, *S&P GSCI TR*, *HFRX Global Hedge Fund* e *MSCI Emerging Markets BRIC*), sendo os cenários de choque a aplicar para cada uma das categorias 41,8% e 51,8%, respetivamente.

Em dezembro o risco de variação de preços com ações era de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

Risco de Variação de Preços com Imobiliário

O risco imobiliário está relacionado com o nível de volatilidade de preços dos imóveis. A aplicação de choques para os imóveis foi calibrado em 25%, que corresponde ao *VaR* a 99,5%, ou seja, simula-se o impacto imediato no valor de mercado dos ativos, tendo em conta as exposições diretas e indiretas.

A calibragem de 25% foi determinada pela EIOPA através da análise de dados históricos do índice *Investment Property Databank* (IPD), que agrega dados recolhidos de investidores institucionais, empresas imobiliárias e fundos de investimento.

A sensibilidade do fundo à variação de preços com imobiliário corresponde ao *VaR* de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

Risco de Crédito (Spread)

O risco de *spread* é explicado pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco, o que reflete as mudanças em valor para movimentações da curva de crédito relativamente à taxa de juro sem risco.

O impacto de subida dos *spreads* de crédito é resultado da aplicação de um fator definido em função da classe de *rating* do emitente do ativo e da sua duração.

Tal como no sub-módulo de risco de taxa de juro, a Futuro analisa o risco de *spread* para dois tipos de obrigações: taxa fixa e taxa indexada, sendo que neste modelo não é exigido qualquer requisito de capital à exposição a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco Spread

38.489,94 €

0,61%

Obrigações	Soma Valor Mercado SMV _i	Média ponderada duration	Soma por rating de MV _i *dur _i	Capital necessário por rating Risco _{spr}
AAA	0,00 €	-	0,00	0,00
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00	0,00
A+ a A-	0,00 €	-	0,00	0,00
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00	0,00
BB+ a BB-	0,00 €	-	0,00	0,00
B+ a B-	0,00 €	-	0,00	0,00
CCC+ a NR	203.814,11 €	2,52	513.199,17	38.489,94

Ativos em análise

203.814,11 €

Emissões Soberanas de Estados não membros-EEA (em moeda local)	Soma Valor Mercado SMV _i	Média ponderada duration	Soma por rating de MV _i *dur _i	Capital necessário por rating Risco _{spr}
AAA	0,00 €	-	0,00	0,00
AA+ a AA-	0,00 €	-	0,00	0,00
A+ a A-	0,00 €	-	0,00	0,00
BBB+ a BBB-	0,00 €	-	0,00	0,00
BB+ a BB-	0,00 €	-	0,00	0,00
B+ a B-	0,00 €	-	0,00	0,00
CCC+ a NR	0,00 €	-	0,00	0,00

Ativos em análise

0,00 €

Pressuposto:

Volatilidade dos spreads de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco.

Em dezembro o impacto do Risco de *Spread* seria de 38.489,94€ representando 0,61% do valor do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**.

Risco Cambial

Considerando que o valor dos ativos expressos em moeda fora do euro pode alterar face a oscilações cambiais, o cálculo do *VaR* permite medir a valorização ou a desvalorização das várias moedas de investimento face à moeda de referência. Aplicando choques de valorização e desvalorização cambial (+25% e -25%), será possível calcular o *VaR* global do risco cambial. A calibragem destes choques foi efetuada com base nas taxas de câmbio face ao euro, de um cabaz composto por diferentes moedas, representativas

de 6 economias em 16 cenários com diferentes exposições cambiais. Os dados históricos utilizados para a calibragem dos choques referem-se ao período de 1971-2009.

A perda máxima no horizonte temporal de um ano para a variação cambial em análise era de 0,00€, pois não existiam ativos em moeda não euro na carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**.

Risco de Concentração

O cálculo do risco de concentração é feito no âmbito da concentração por contraparte – Grupo Económico, atendendo a fatores como a qualidade creditícia da contraparte e aos limites de concentração por *rating*.

Os OIC's, na composição das suas carteiras, também contêm risco de concentração, assim, a análise destes é feita numa perspetiva *look-through*, desde que a exposição a esses OIC's individualmente ultrapassar os 3%.

A calibragem do risco de concentração foi efetuada, com o pressuposto de um portfólio de ativos médio de 20% em ações e 80% em obrigações. Nestas 25% serão sem risco (dívida soberana com nível de *rating* AAA) e 75% as restantes. Os 20% em ações replicam a rendibilidade do índice *Eurostoxx 50* (série históricas de preços no período de 1993-2009). Tal como no risco de *spread*, também neste sub-módulo se excluem as exposições a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco Concentração		85.711,40 €	1,37%
Risco Concentração	Exposição por Grupo Económico	Risco ² _{conc}	
Standard	1	7.346.444.107	
Solvência II sem <i>rating</i> ; Instituições Financeiras e de Crédito	0	-	
Obrigações com garantia	0	-	
Imóveis	0	-	
Gov. não membros EEA	0	-	
Total	1	85.711,40 €	
Ativos em análise		5.760.082,21 €	

Pressuposto:

Choque nos ativos tendo em conta fatores como a qualidade creditícia da contraparte e os limites de concentração por *rating*.

A análise de sensibilidade considerando os parâmetros definidos, resulta numa perda de 85.711,40€.

RISCO DE CRÉDITO

Na vertente de risco de crédito são consideradas as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread*.

Os tipos de exposição considerados para este efeito estão divididos em dois tipos:

- Exposições que não sendo diversificadas, a contraparte tem notação de crédito;

- ii. Exposição que podendo habitualmente ser diversificadas, a contraparte não tem notação de crédito;

Tendo em conta estes pressupostos e face à carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, apenas foi tida em conta para esta análise, a posição em depósitos (ordem e a prazo), já que para as restantes exposições não há ativos em carteira.

Risco de Crédito		527.107,00 €	8,41%	
Depósitos Bancários por Grupo Económico	Notação Rating	Soma Valor Mercado SMV	Loss Given Default LGD	Probability of default PD
Banco BIG	NR	878.435,50 €	878.435,50 €	4,18%
Ativos em análise				878.435,50 €

No final do ano, as perdas potenciais com origem em inesperada deterioração ou entrada em *default* das contrapartes em análise, para o horizonte temporal de 12 meses é de 527.107,00€.

Complementarmente à análise de sensibilidade efetuada, é efetuada também a monitorização à componente obrigacionista da carteira. Assim a 31 de dezembro de 2021, o Fundo detém neste segmento 20,44% de ativos com *rating* igual ou inferior a BB+, considerando o investimento direto e indireto.

Através da verificação dos limites da política de investimento são monitorizados os limites de crédito por contraparte, assim como a notação média de *rating* da carteira, que se situava no final de 2021 no nível BBB+, considerando a escala *Standard & Poors*.

	dez/21
Percentagem de títulos <i>rating</i> <= BB+	20,44%
Notação média de <i>rating</i> da carteira (<i>Standard & Poors</i>)	BBB+

RISCO DE LIQUIDEZ

Por forma a analisar a capacidade de conversão dos ativos em carteira em numerário, para fazer face a obrigações assumidas no momento do seu vencimento, ou para conseguir antes do seu vencimento, transacionar um determinado ativo a um preço razoável (ex. valor de mercado) são realizados testes às classes de ativos predominantes na carteira.

No segmento obrigacionista, representado em exclusivo por fundos de investimento mobiliários, a previsão de cash-flows positivos é efetuada numa abordagem *look-through*, que resulta de recebimentos de cupões e amortizações ou exercício de *calls* para o período de 1 ano é o seguinte:

Perfil de Risco de Liquidez - Segmento Obrigacionista - Previsão de Cash-Flow

Ano	Mês	Cupões	Amortizações	Total Cash-flows	Cash-flow Acumulados
2021	Dezembro	68,33 €	3,09 €	71,42 €	71,42 €
2022	Janeiro	9.920,91 €	169.020,90 €	178.941,81 €	179.013,24 €
	Fevereiro	7.983,67 €	57.550,93 €	65.534,60 €	244.547,83 €
	Março	7.762,28 €	120.923,40 €	128.685,68 €	373.233,51 €
	Abril	9.178,03 €	111.213,01 €	120.391,04 €	493.624,55 €
	Maió	7.287,23 €	124.305,15 €	131.592,38 €	625.216,93 €
	Junho	5.898,58 €	129.055,78 €	134.954,36 €	760.171,29 €
	Julho	7.369,00 €	95.693,70 €	103.062,70 €	863.233,99 €
	Agosto	4.783,98 €	23.279,76 €	28.063,74 €	891.297,73 €
	Setembro	7.041,30 €	66.300,20 €	73.341,50 €	964.639,23 €
	Outubro	7.672,85 €	100.471,60 €	108.144,45 €	1.072.783,68 €
	Novembro	5.150,50 €	86.571,80 €	91.722,30 €	1.164.505,98 €
	Dezembro	3.477,58 €	47.676,15 €	51.153,73 €	1.215.659,71 €

A exposição em obrigações, na carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é de 91,94% sendo que a exposição direta representa 3,25% e a exposição indireta 88,69%.

STRESS TESTS

O impacto de diversos cenários de stress no valor da carteira para o período temporal de um dia, apresenta os seguintes resultados:

Stress Test

Cinco melhores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Crise Financeira Russa (2008) - Guerra da Rússia com a Geórgia e consequente queda brusca do preço do petróleo, fez surgir um receio que houvesse uma recessão económica na região.	114.470,74 €	1,83
Queda do preço do Petróleo (Maio 2010) - Queda do preço do petróleo em 20% devido a preocupações sobre a forma como os países da Europa reduziram os défices orçamentais, na sequência da crise Económica Europeia.	53.393,05 €	0,85
Desvalorização EUR vs. USD 10% - O efeito da desvalorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	36.966,63 €	0,59
Crise da dívida Soberana & Downgrade (2011) - Crise da Dívida Soberana que levou os EUA ao credit downgrade. Este stress test descreve um período de 17 dias, com início em 22 /07/2011 quando o mercado começou a reagir ao impasse do teto da dívida. 08/08/2011 foi o primeiro dia útil após o anúncio do downgrade.	33.944,47 €	0,54
Subida Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês valorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	33.087,34 €	0,53

Cinco piores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Falência da Lehman (2008) - Retornos (rendibilidades) históricos durante o mês seguinte à falência da Lehman Brothers em 2008.	-55.399,31 €	-0,88
Valorização EUR vs. USD 10% - O efeito da valorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	-36.841,57 €	-0,59
Queda Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês desvalorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	-33.039,51 €	-0,53
Recuperação dos Mercados Acionistas Globais (2009) - Mercados Acionistas em recuperação após desvalorização de 2008.	-16.662,31 €	-0,27
Crise Financeira Grega (2015) - Simula o impacto do período de resistência do Governo Grego, por via do referendo realizado, até à chegada ao acordo final exigido pelos seus credores para a realização de profundas reformas económicas, e a permanência na Zona Euro.	-13.601,33 €	-0,22

As projeções da análise de *stress tests* para os cenários anteriormente mencionados foram efetuadas através do sistema de informação *Bloomberg* com a carteira de investimentos do fundo de pensões em 31 de dezembro de 2021.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO NÃO EVIDENTES NOS PONTOS ANTERIORES

Não identificadas.

ALTERAÇÕES FACE AO PERÍODO ANTERIOR

Não houve factos relevantes a assinalar.

EVENTOS SUBSEQUENTES

A recente escalada do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia terá um forte impacto na economia global e consequentemente nos mercados financeiros, quer diretamente pelas sanções que têm vindo a ser aplicadas à Federação Russa e à Bielorrússia, quer devido a outros efeitos colaterais, com destaque nas repercussões sobre, por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia ou outros aspetos comerciais ou tecnológicos.

Sendo os Fundos de Pensões patrimónios que têm como objetivo assegurar o financiamento das responsabilidades com pensões, com uma orientação estratégica de médio-longo prazo, o posicionamento, no que se refere a alterações à composição da carteira de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BIG CONSERVADOR**, tem de ser devidamente ponderado, face à complexidade da situação. Pelo que, manter-se-á um rigoroso acompanhamento sobre a evolução dos mercados, procurando garantir uma mitigação dos efeitos negativos na carteira, com especial atenção aos seguintes fatores:

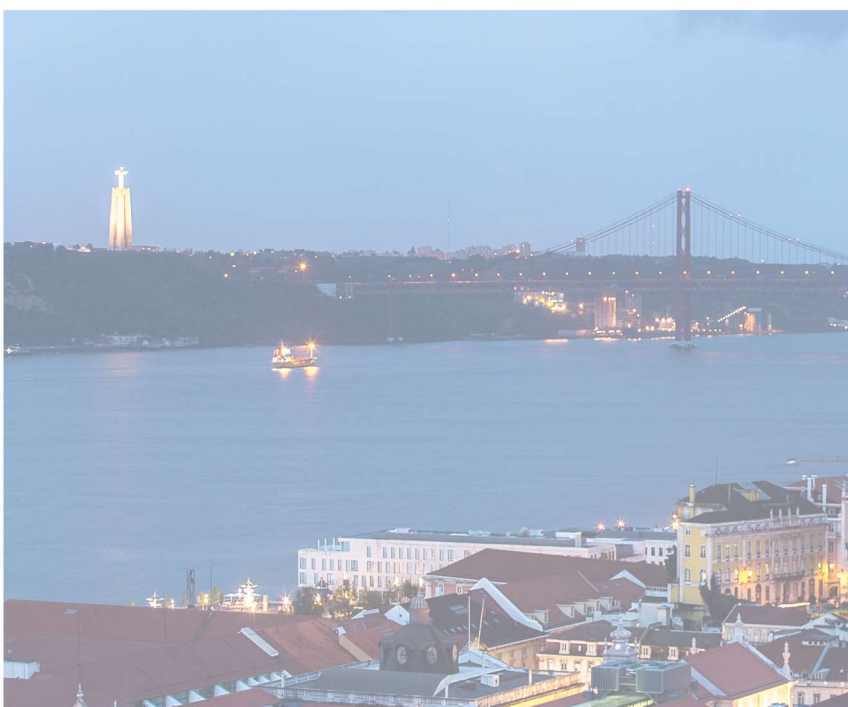
- O contexto internacional, marcado pela evolução militar e pelo efeito das sanções económicas, com o incremento dos riscos relacionados com as disrupções ao nível económico;
- A inflação, com génese num momento anterior à referida invasão militar, que viu consolidada e reforçada a trajetória ascendente, nomeadamente pelo mercado global de matérias primas;
- A deterioração das expetativas de crescimento económico;
- As decisões dos Bancos Centrais, que serão mais difíceis neste momento mais complexo, entre a trajetória da inflação e os riscos económicos emergentes. Em que o posicionamento adotado perante a evolução da inflação, reflete-se nos riscos decorrentes de qualquer alteração na política monetária.

A carteira de ativos do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** não tinha qualquer investimento direto na Rússia. Relativamente ao investimento através de fundos de investimento, da análise efetuada em 23 de fevereiro, constatou-se existir apenas uma exposição muito residual inferior a 0,3% do valor do Fundo.

O conselho de administração da Futuro entende que as atuais circunstâncias excecionais, decorrentes do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, não deverá pôr em causa a continuidade das operações do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**.

2 de março de 2022





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG Conservador** (adiante também designado por Fundo), gerido pela FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de ativo de 6 638 581 euros, um valor do Fundo de 6 264 544 euros e um resultado líquido de 2 446 083 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG Conservador**, em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização dos investimentos	
Os investimentos (excetuando numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações), apresentados na demonstração da posição financeira do Fundo a 31 de dezembro de 2021, ascendem a 5 758 176 euros. A relevância da carteira de investimentos no total do ativo (86,7%) do Fundo justifica que esta tenha sido considerada uma matéria relevante para a auditoria. A carteira de títulos é valorizada ao justo valor e a verificação das cotações e a validação das metodologias e pressupostos de valorização e informação utilizada, particularmente para a valorização de títulos não cotados, reveste-se de grande importância, sendo igualmente relevante o acompanhamento da sua evolução face à Pandemia do Covid-19. Nos termos da legislação aplicável à valorização da carteira de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada com o recurso a preços fornecidos pelos principais fornecedores de informação financeira. Os procedimentos adotados na valorização dos investimentos e a sua valorização estão descritos no Relatório de Gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras, em conformidade com a Norma Regulamentar nº 9/2007-R, da ASF.	A nossa resposta envolveu essencialmente a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: - Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira; - Reconciliação da carteira dos ativos financeiros com o balancete do Fundo; - Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, de acordo com a regras instituídas na Norma Regulamentar Nº9/2007, da ASF, tendo em consideração os preços de referência divulgados através de plataformas de negociação e fontes de preços externos (Bloomberg e Reuters); - Reconciliação das quantidades de títulos em carteira com a posição disponibilizada pelo Banco Depositário; - Acompanhamento da conjuntura económica relacionada com a Pandemia Covid-19, impactos, reconhecimento e divulgações. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda a avaliação da adequação das divulgações do Fundo no seu Relatório e Contas, tendo por base o referencial contabilístico aplicável.

Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos na norma regulamentar da ASF nº 9/2007-R, de 28 de junho e no Regulamento de Gestão - Definição e Implementação da Política de Investimentos assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações. A confirmação do cumprimento da norma regulamentar nº11/2020-R, de 3 de novembro, que refere que nos casos em que se verifique não terem sido cumpridas as regras de diversificação e dispersão prudenciais estabelecidas no normativo em vigor, relativamente aos ativos que compõem o património do fundo de pensões sob gestão, a Sociedade Gestora deve informar conjuntamente com o mapa “InvestimentosFP”, as situações em que foi dado posteriormente cumprimento àquelas regras, descrevendo a respetiva forma de regularização e indicar, nos restantes casos, as medidas que já implementaram ou que se propõem implementar para regularizar a situação.	A nossa resposta envolveu fundamentalmente a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: - Verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento da norma regulamentar nº 9/2007-R, da ASF; - Análise dos procedimentos de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo analisando a evidência da monitorização do cumprimento dos limites e regras ao longo do ano; e, - Recálculo dos limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação / autorização da ASF em caso de incumprimento e análise das medidas já implementadas e a implementar para regularização das situações. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda a avaliação da adequação das divulgações do Fundo no seu Relatório e Contas, tendo por base o referencial contabilístico aplicável.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do Fundo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por um outro Revisor Oficial de Contas, que expressou uma opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras, emitida em 6 de maio de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v)

avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de

auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para um mandato compreendido entre 2021 e 2023;

- (ii) o órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 8 de junho de 2022;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, N.º 7/2007-R, de 17 de maio e N.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 8 de junho de 2022



Pedro Manuel Aleixo Dias
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)
em representação de BDO & Associados - SROC



FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Rua do Carmo, 42, 6º | 1200-094 LISBOA

+(351) 210 416 005

geral@futuro-sa.pt

www.futuro-sa.pt

Capital Social € 2.566.800 | Registada na C. R. C. de Lisboa

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Entidade autorizada, supervisionada e registada na
ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 3805.